



1º DE MAIO VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Seguindo o exemplo histórico dos trabalhadores de Chicago que, em 1886, realizaram uma poderosa manifestação de 500.000 trabalhadores exigindo a fixação do limite máximo de oito horas de trabalho diário, daí em diante, um pouco por todo o planeta, muitos outros trabalhadores tornaram esse dia como sendo o seu. Também em Portugal foi assim. Mesmo durante a brutal ditadura fascista, os trabalhadores, junto com o movimento operário, sempre impulsionados pelo nosso Partido, ousaram comemorar este dia (completamente proibido pelo sistema) e, mais importante, torná-lo um dia de luta pelos direitos dos trabalhadores e pela derrota do fascismo.

Passados mais de 130 anos da luta heróica dos operários de Chicago, a reivindicação de "oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de repouso", continua tão actual como antes... Nos últimos anos, mesmo décadas, assistimos a uma ofensiva permanente contra os direitos e as conquistas dos trabalhadores, seja através da introdução de mais normas gravosas no código do trabalho, seja pelo ataque e limitação da contratação colectiva, congelamento de salários, generalização da precariedade, desregulação do horários de trabalho ou criando constrangimentos sobre a actividade de activistas e dirigentes sindicais.

Ainda assim, no momento actual, com a alteração da correlação de forças na Assembleia da República decorrente da derrota da maioria eleitoral do PSD/CDS em Outubro de 2015, foi possível reverter alguns destes ataques e iniciar uma política de

reposição de rendimentos dos trabalhadores que, embora bastante insuficiente, já trouxe alguns resultados. Mas não podemos ficar por aqui. Precisamos de atacar as razões estruturais da desigualdade e da pobreza laboral. Por isso, ao contrário do que muitas vezes se diz, o actual momento é de luta, e não de paz social. Os trabalhadores devem tomar nas suas mãos os destino das suas vidas! A próxima manifestação do 1º de Maio é o momento para isso: todos os trabalhadores, do público ou privado, das várias empresas e sectores profissionais, devem trazer para a manifestação da CGTP-IN as suas próprias reivindicações e encherem as ruas com as lutas que travam todos os dias nos seus locais de trabalho. Uma grande manifestação do 1º de Maio é um enorme contributo para a luta por uma vida melhor para os trabalhadores e o povo e a maior prova de que não nos resignamos. Também os trabalhadores do Concelho de Oeiras têm muitas razões para marca marcarem presença e fazerem ouvir a sua voz. Desde os trabalhadores municipais em luta pelo descongelamento das carreiras e dos salários, aos trabalhadores da Seda Ibéria em luta pelo seu caderno reivindicativo e por aumentos salariais, passando pelos trabalhadores da APAPOL que exigem melhores condições laborais, sem esquecer os trabalhadores do Mercado de Algés que se deparam com o flagelo da precariedade e da desregulação dos horários de trabalho. Porque nunca nada nos foi dado e tudo teve de ser conquistado, não abduques de participar e fazer ouvir a tua voz!

GRANDIOSA ACÇÃO DE LUTA MINIPREÇO DIA

Numa acção de contestação única nesta empresa, mais de duas centenas de trabalhadores do minipreço dia, concentraram-se à porta do sede da empresa, em Santo Amaro de Oeiras, no passado dia 13 de Abril, vieram de várias lojas da zona centro, tendo havido também uma concentração em Gaia e outra em Albufeira, fecharam mais de 60 lojas por todos o País. demonstraram que estão fartos, dos abusos por parte da empresa, exigem aumentos salariais de 40 euros para todos, que os seus horários sejam regulados permitindo uma conciliação com a vida familiar e que sejam respeitados os seus direitos. O PCP esteve presente e fez-se representar por um elemento da concelhia em solidariedade com a justa luta dos trabalhadores do minipreço dia.



NESTE BUGIO PODES LER

LUTA DOS NÃO DOCENTES
Após a grande jornada de luta de dia 3 Fevereiro, os não docentes voltam a convocar protesto **PÁG - 4**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CDU promove discussão do tema da Precariedade laboral na assembleia municipal, no passado dia 20 Março **PÁG - 3**

PINGO DOCE
Trabalhadores marcam um acção de protesto na loja de sassoeiras, em defesa de melhores salários, e pelo respeito dos seus direitos **PÁG - 2**

APAPOL - PCP faz uma Pergunta na assembleia da republica **PÁG - 4**

LISGRAFICA- empresa lança novo **PÁG - 3**
PER

INTERJOVEM- Granda manifestação da juventude trabalhadora **PÁG - 2**



ACÇÕES DE PROTESTO À PORTA DAS LOJAS PÍNGO DOCE EM LUTA

A empresa mais uma vez não responde às reivindicações dos trabalhadores, fazendo os seus lucros (593 milhões em 2016) à custa da exploração dos trabalhadores e da falta de condições nos locais de trabalho.

São os horários e ritmos de trabalho que não respeitam as regras e que tornam a vida dos trabalhadores num autêntico inferno. Horários afixados que depois não são respeitados, funcionam com os horários de bolsa, constantemente alterados muitas vezes sem o consentimento do trabalhador.

Aos trabalhadores não lhes é permitido o direito à harmonização da vida profissional com a pessoal familiar e social. Muitas lojas laboram já 24h/dia em 363 dias /ano. A empresa pratica baixos salários em que um operador de entrada recebe o SMN e o operador especializado

(com 8 anos de antiguidade ou mais) topo de carreira recebe na ordem dos 627 euros.

Assim, os trabalhadores decidiram realizar uma semana de luta entre dia 7 a 12 de Abril no Pingo Doce, com acções diversificadas. No dia 11 de Abril o PCP esteve à porta da loja Pingo doce de Sassozeiros, com os trabalhadores, solidário com as denúncias às condições de trabalho aqui existentes e com a exigência de aumentos salariais para

todos os trabalhadores, com aumento mínimo de 40 euros, horários dignos de conciliação da vida profissional e familiar, acabar com o banco de horas que possibilita à empresa ter trabalho gratuito e pelo fim das pressões. Unidos para exigir respostas e resolução dos problemas. Vale a pena lutar!



INTERJOVEM JOVENS TRABALHADORES SAEM A RUA

A Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora convocada pela Interjovem da CGTP-IN sob o lema "O tempo é hoje! Vencer a precariedade, defender os nossos direitos" realizou-se no dia 28 de março de 2017 - Dia Nacional da Juventude.

Foram muitos os jovens que, junto com secretário-geral da CGTP-IN - Arménio Carlos e o coordenador da Interjovem da CGTP-IN - João Barreiros, partiram da Praça da Figueira em direção à Assembleia da República gritando palavras de ordem: "O trabalho é um direito, sem ele nada feito!" ou "A luta continua, nas empresas e na rua!"

João Barreiros denunciou que muitas das opções para trabalhar atualmente são por via das empresas de trabalho temporário e que as empresas recorrem à precariedade generalizada para aumentar os seus lucros.

Uma das reivindicações é o combate à precariedade, no sector público e no sector privado, com a garantia da passagem a efetivos de todos os que ocupam um posto de trabalho de natureza permanente.

Defende-se ainda alterações legislativas que impeçam

a celebração de contratos de trabalho precário com os quais só as empresas beneficiam.

O fim da caducidade da contratação coletiva, aumento geral dos salários, nomeadamente do salário mínimo nacional, reversão das normas gravosas do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho.





CDU NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS COMBATER A PRECARIEDADE

No passado dia 20 de Março, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal, tendo como um dos pontos da sua ordem de trabalhos a discussão deste tão grave problema no Concelho de Oeiras. Esta discussão foi movimentada e chegou aqui através do PCP que a dinamizou durante os meses que antecederam esta discussão neste local. A discussão foi aberta com a intervenção da CDU que salientou as verdadeiras causas, os impactos e as consequências reais na vida dos trabalhadores e residentes no Concelho, com o objetivo de encontrar formas de fiscalizar e atuar perante situações de abuso de precariedade por parte das entidades patronais.

Intervieram todas as forças políticas com assento nesta assembleia, todas elas mostrando a sua orientação no sentido de se poder minimizar este flagelo. Intervieram da parte dos munícipes, várias pessoas em representação de empresas, sindicatos e forças vivas do Concelho, mostrando que vinha a ser realizada uma discussão profunda sobre o assunto, denunciando casos concretos relacionados com a precariedade nas condições de trabalho e no desrespeito pelos direitos dos trabalhadores. Fechou o Presidente do Município, assumindo que no Município muito há a fazer, tentando iludir os presentes como é seu hábito, e desresponsabilizando-se dos factos concretos apresentados.



CDU DENUNCIA PRECARIEDADE NA AUTARQUIA DE OEIRAS

As políticas de direita criaram a impossibilidade de se contratarem trabalhadores, quer na Administração Central, quer na Local. Para contratarem trabalhadores não há dinheiro, mas há para aquisição de serviços, mesmo que isso implique mais custos para a autarquia. Vemos a subcontratação de serviços a entrar por amplos sectores desta autarquia. Na Vigilância e Portaria – a Strong; Nos Jardins – Ferroviária, Perene, Recolt, entre outras; Nas Cantinas Escolares – Gertal; Limpeza – Foamy sparkle, Na Varredura Mecânica – Ecoambiente. Na generalidade praticam-se baixos salários, salário mínimo nacional, elevados níveis de desregulação laboral, tempos parciais, bancos de horas e assédio moral. Por outro lado na autarquia ao nível das

escolas e nas juntas ao nível da higiene urbana, encontramos ainda um elevado número de CEI (fundo de desemprego) e CEI+ (Rendimento Mínimo), trabalhadores que desempenham funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços, recebem pouco mais de 400 euros, trabalham 35 horas mas por outro lado sofrem uma grande pressão por parte das chefias e não há nenhuma garantia de que venham a continuar nos postos de trabalho que ocupam. Mesmo quando a autarquia passou a poder contratar trabalhadores, prefere continuar a recorrer à precariedade, e os exemplos multiplicam-se, Randstad nos SiMAS, recibos verdes na Oeiras Viva ou nas Juntas. É necessário acabar com este flagelo e combater de vez a precariedade.

E OS SALÁRIOS? SEDA IBÉRICA

A melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Seda Ibérica não pode estar dependente de um acordo de empresa que não se sabe poder vir a acontecer.

O histórico de luta dos trabalhadores por aumentos dos salários, sempre a Janeiro de cada ano, ficou prisioneiro da vontade da empresa, que em nenhum momento concertou esta posição com os trabalhadores.

Cada coisa a seu tempo, este é o dividir a riqueza criada pelas mulheres e homens da Seda, pois os resultados atingidos em 2016 são mais uma vez muito positivos.

SUBSÍDIOS EM ATRASO LISGRÁFICA

Até quando vão os trabalhadores da empresa Lisgráfica sacrificar os seus direitos? Quanto aos PER'S só servem para resolver os problemas da banca e da má gestão da empresa, pois quando passados alguns anos de uma grande reestruturação que diminuiu para menos de metade os trabalhadores da empresa e de cortes nos subsídios e congelamento de salários, voltamos à falta de pagamento de parte dos subsídios de Natal, do trabalho extraordinário e de mais incerteza quanto ao futuro.

A falta de manutenção, a utilização de trabalho precário e a incapacidade de resolver os verdadeiros problemas da empresa, colocam hoje maiores incertezas aos trabalhadores que, impelidos a resolver os seus problemas individualmente, vão acompanhando a passo acelerado o agravamento da situação da empresa e por esta via a das suas condições de trabalho e de vida.

O caminho faz-se colectivamente com discussão dos problemas dos trabalhadores que, sendo idênticos, não podem ser tratados individualmente, porque a união faz a força e é determinante nesta fase, quando se fala num novo PER, que se coloquem condições que respondam aos problemas dos trabalhadores e não da banca.



O Bugio



TRABALHADORES NÃO DOCENTES EM LUTA

Os trabalhadores não docentes das escolas e JI acharam que estava na altura de dizer basta aos baixos salários. Estão há anos sem progressão nas carreiras, e a falta de pessoal leva a elevados ritmos de trabalho. Assim decidiram avançar para uma grande greve, no passado dia 3 de Fevereiro. Fecharam centenas de escolas por todo o País. O Concelho de Oeiras seguiu o exemplo, e foram muitas as escolas que fecharam. Houve ainda escolas em que os trabalhadores, mesmo isolados, decidiram aderir à greve.

As razões que levaram a esta greve estendem-se agora para a acção de protesto do próximo dia 21 de Abril. É preciso sair novamente à rua e mostrar a este governo que os trabalhadores não docentes não podem ficar mais anos à espera. É preciso descongelar carreiras, aumentar salários, colocar mais pessoal. A autarquia, que se apressou no processo de municipalização através de um protocolo de delegação que decorrerá nos próximos quatro anos, admitiu mais de centena e meia de trabalhadores mas, ainda assim, continua a haver escolas com falta de pessoal. Prometeu também “marcar golos” quanto à mobilidade inter-carreiras. Todos nós sabemos bem que é promessa oca, mas já que esta porta está aberta é preciso pressionar para que se concretize ao máximo.

O PCP reafirma que é necessário garantir que todos os trabalhadores colocados pela autarquia tenham garantido a continuidade das suas funções como auxiliares de educação, mesmo quando o protocolo terminar, ao fim de quatro anos. Outra questão de fundo para o PCP, é o facto da responsabilidade de promoção da educação ser do governo central. Assim sendo, é essencial garantir mais trabalhadores

contratados, o que significa mais verbas por parte do governo central para a autarquia. Não deve ser o dinheiro da autarquia a garantir o regular funcionamento das escolas:

1º Porque isso expõe a educação à vontade política das autarquias;
2º porque poderiam ser verbas canalizadas para outras áreas para defender os interesses e as necessidades dos munícipes, sendo que em alguns municípios comprometem mesmo a sua saúde financeira com estes processos de municipalização. Por último reafirmamos a importância de defender a carreira de trabalhador não-docente.

Os exemplos que já vão surgindo de outras autarquias onde se municipalizou a Educação, em que as trabalhadoras das escolas foram colocadas noutras locais a trabalhar, como cemitérios ou jardins, não devem ser exemplos a seguir. Uma vez mais dizemos que apesar de conhecermos a vontade do actual Presidente da Câmara, de não deslocar nenhum trabalhador das escolas, isso não deve ser deixado à vontade política das autarquias.



APAPOL - PERGUNTA DO PCP SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO



A deputada Rita Rato, após ter estado a ouvir os trabalhadores da APAPOL - Aliança Panificadora de Algés, Paço de Arcos e Oeiras levou, tal como prometido, este assunto a Assembleia da República com a seguinte interperlação ao Governo: “Não existe folha de registo de trabalho suplementar e o seu pagamento não é realizado conforme o Contrato Colectivo de Trabalho. Também o

pagamento relativo a trabalho extraordinário e em dias de folga não é feito mediante o consagrado no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. “ (...) “O horário de funcionamento da fábrica prevê o encerramento ao domingo, no

entanto, os trabalhadores asseguram a laboração desde as 18h de sábado até às 7h de domingo, sem direito a descanso, a folga ou compensatório.”

“Para além disto, as condições de trabalho não respeitam o previsto na lei, por exemplo o pavimento não obedece ao critério anti-derrapante.”

“Esta situação é da maior gravidade, estes trabalhadores são sujeitos a condições e ritmos de trabalho muito exigentes, auferem o salário mínimo e não têm os seus direitos laborais e sociais respeitados.”

Terminando com as seguintes questões:

“1. Quais as conclusões das ações inspetivas realizadas pela ACT na APAPOL nos últimos 10 anos?”

“2. Quais as conclusões das ações inspetivas realizadas pela ACT na fábrica da APAPOL em Algés? Que medidas foram tomadas para garantir o cumprimento da lei?”

“3. Que medidas de acompanhamento vai tomar para garantir o cabal cumprimento de direitos fundamentais dos trabalhadores?””

**V ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DE EMPRESAS,
DIA 7 MAIO, PRESENÇA RICARDO COSTA (COMITÉ CENTRAL)**